

**UM HISTORIADOR DO BRASIL E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
ENTREVISTA COM O PROF. DR. CLODOALDO BUENO**

***UN HISTORIADOR DE BRASIL Y DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES:
ENTREVISTA AL PROF. DR. CLODOALDO BUENO***

***A HISTORIAN OF BRAZIL AND INTERNATIONAL RELATIONS: AN INTERVIEW
WITH PROF. DR. CLODOALDO BUENO***



Iuri CAVLAK¹

e-mail: i.cavlak@unifesp.br



Paulo Gustavo Pellegrino CORREA²

e-mail: paulogustavo1978@gmail.com

Como referenciar este artigo:

CAVLAK, I.; CORREA, P. G. P. Um historiador do Brasil e das Relações Internacionais: Entrevista com o Prof. Dr. Clodoaldo Bueno. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 3, e023026, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.3.1039>



| **Submetido em:** 29/04/2023

| **Revisões requeridas em:** 11/06/2023

| **Aprovado em:** 19/10/2023

| **Publicado em:** 20/12/2023

Editores: Profa. Dra. Simone Diniz
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves
Dr. Vinícius Silva Alves

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo – SP – Brasil. Professor de Teoria da História.

² Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá – AP – Brasil. Professor de Relações Internacionais.

Entrevista realizada por email, entre os dias 8 e 22 de março de 2023.

Questão 1: Gostaríamos de começar perguntado o que levou o senhor a escolher o curso de História na graduação, bem como foi sua trajetória no mestrado e doutorado em História econômica.

CB: Sempre gostei de História. Trabalhei em cartório durante cinco anos, estava bem adaptado ao meu ambiente de trabalho, que inclusive me proporcionava contatos com o juiz de direito, o promotor de justiça e advogados. Tornei-me escrevente, estava bem e era bem cotado. Por razões de ordem material, optei, com satisfação, pelo curso gratuito de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FAFI), então instituto isolado do ensino superior do Estado de São Paulo, instalado em 1959. Tive sorte; não sabia que ingressara em um ótimo curso de graduação. Os professores eram excelentes, tanto pelas suas qualidades quanto pela honestidade. Transmitiram-nos valores como o respeito intelectual, exemplos de trabalho duro, severos na avaliação das provas e trabalhos escritos. Tudo era transmitido sem viés ideológico de qualquer natureza. Com a criação da UNESP em 1976 a nossa FAFI a ela foi incorporada juntamente com os demais institutos isolados do nosso Estado. Concluí a graduação em 1966. Iniciei a pós-graduação em História nos termos do então chamado regime novo, que é o vigente, imediatamente após sua instalação pela USP em 1971. Nesta, obtive os graus de mestre (1974) e doutor (1977) na área de História Econômica. Em 1984 fui aprovado em concurso de títulos e provas para a obtenção do título de livre-docente na Unesp-campus de Marília, na qual me aposentei como professor titular.

Questão 2: Nesse sentido, como se deu o encontro entre a História e as Relações Internacionais e Diplomacia na sua carreira acadêmica?

CB: Para concluir a graduação, em Marília exigia-se do aluno a elaboração e defesa pública perante banca de três membros, uma “tese”, prevista na legislação interna da FAFI. De fato, uma dissertação de final de curso, tal como o atual TCC. O texto, dentro das características de uma exposição histórica no formato que nos fora ensinado, decorria da consulta às fontes, geralmente bibliográficas, buscadas pelos próprios alunos, e era redigido com suas próprias palavras. A cópia de textos de autores consultados, mesmo em parte, importava não aprovação. Havia orientadores que confrontavam o texto do aluno com as fontes citadas. Cabia ao aluno,

geralmente ao final do terceiro ano, tomar a iniciativa de buscar o orientador, com o qual se definia o tema a ser estudado, bem como sua viabilidade. O professor belga Eddy Stols, então regente das Cadeiras de História Ibérica e História da América em Marília, aceitou meu pedido de orientação. Com sua ausência em parte do ano seguinte, concluí a dissertação sob a orientação do professor José Roberto do Amaral Lapa, regente da cadeira de História do Brasil. Alguns anos depois o professor Lapa transferir-se-ia para a Unicamp. Na expectativa de detectar eventuais reações no Brasil face à Revolução Mexicana (1910-1917), percebi o peso das relações mexicano-norte-americanas no processo revolucionário. A leitura dos documentos publicados por Isidro Fabela, Secretário de Relaciones de Carranza, levou-me a fazer a dissertação de final de curso centrada em tais relações durante todo o período citado. A partir daí derivei meu foco de atenção para as relações interamericanas. Nessa linha, minha dissertação de mestrado foi sobre o Brasil e a Terceira Conferência Internacional Americana realizada no Rio de Janeiro em 1906. O contato com a documentação brasileira guardada no Arquivo Histórico do Itamaraty, chamou meu interesse pela figura do barão do Rio Branco e pela Primeira República do Brasil. Meus estudos seguiram, portanto, um curso natural.

Questão 3: Qual o balanço que o senhor faz dos cursos de Relações Internacionais no Brasil, após se emanciparem da graduação em Ciências Sociais e tornarem-se áreas autônoma de saber? Como o senhor avalia a formação hoje do graduando em RI e sua inserção no mercado de trabalho?

CB: Não tenho acompanhado o suficiente para ter uma opinião firme a respeito do encaixe do graduado em R.I. no mercado de trabalho, e ignoro se existe alguma enquete sobre esse assunto. Do que me é dado observar, percebo que nossos pós-graduados estão, cada vez mais, sendo absorvidos como docentes em universidades públicas e particulares, fato que para nós é deveras animador. Noto, também, que colegas da nossa área atuam em grandes empresas de âmbito internacional, sobretudo prestando assessoria.

Questão 4: O Senhor vivenciou por dentro, como aluno, pesquisador e professor, a Universidade e a pós-graduação brasileira dos anos 1960 até os dias atuais. Quais seriam as principais mudanças e continuidades na sua visão?

CB: Não sou versado em legislação de ensino, mas observei que a lei federal 5.540 de 1968 foi marco decisivo na estrutura e organização das universidades. Até os anos de 1960 fazia-se o doutoramento sem a obrigação de frequentar cursos. A relação do pesquisador se dava exclusivamente com seu orientador. A partir dessa legislação estabeleceu-se uma data para os já inscritos concluírem e defenderem o doutoramento direto. A partir daí os graus de mestre e doutor só poderiam ser expedidos pelos cursos de pós-graduação, com prazos e normas claramente definidos. Tornaram-se obrigatórios o exame de proficiência em língua estrangeira, frequência às disciplinas e exames de qualificação.... A meu ver foi uma atualização necessária, tanto é assim que ainda vige. O doutoramento, até então, era algo demorado, não raro, uma obra da maturidade profissional pessoal. A tese doutoral possuía mais peso na academia do que agora, pois poucos eram os doutores, salvo nas universidades bem estruturadas, normalmente rigorosas na concessão do título. O sistema atual também não está isento de problemas, a meu ver. Não percebo a necessidade de se cursar disciplinas que não sejam relacionadas ao tema da tese. Percebo, também, que existe um afã pelos números a fim de atender a metas e prazos, o que, não raro, resulta em dissertações e teses de qualidade duvidosa. Os textos devem proporcionar algo novo, mesmo que seja algo modesto, desde que seja alicerçado em fontes confiáveis. A principal missão da universidade é criar e divulgar o saber. Para que isso aconteça, cumpre-lhe descobrir e apoiar talentos. De acordo com minhas observações pessoais, o pesquisador conta hoje com circunstâncias e condições bem mais favoráveis do que as das décadas de 1950 e 60: a contratação inicial pelas FFCL públicas isoladas do Estado dava-se em tempo parcial; hoje o contratado já começa no RDIDP (regime de dedicação integral à docência e à pesquisa). A obtenção desse regime ocorria ao final de um processo demorado, fundamentado, sobretudo, em um projeto de pesquisa, (que corria separado do contrato de trabalho), e julgado pela Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) do Conselho Estadual de Educação. O tempo integral era concedido por três anos, durante os quais o docente pesquisador apresentava dois relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa. Somente após o relatório final, a CPRT decidia sobre a manutenção do docente nesse regime, mesmo a decisão favorável não o desobrigando dos relatórios anuais. Nos dias atuais o docente-pesquisador nas universidades públicas têm, desde a graduação, condições bem mais amenas do que as do nosso

tempo, como bolsas, moradia para quem precise e bandeirão. O jovem pesquisador encontra menos obstáculos para publicar um texto de sua autoria. A CAPES e o CNPq, embora existentes desde 1951 no início do governo democrático de Vargas, adquiriram nova dinâmica e foram decisivos na melhora da qualidade dos cursos de pós-graduação por meio da concessão de bolsas de estudos vinculadas diretamente aos programas, com imposição de prazos, e criação de um ranking dos programas que pesa na distribuição dos recursos. No Estado de São Paulo, desde 1962, pode-se contar com a FAPESP. Em outros Estados foram criadas instituições semelhantes, como FAPERJ, FAPERGS. Não se pode deixar de observar que há grandes empresas que financiam a execução de projetos.

Questão 5: Um dos seus livros, *História da Política Exterior do Brasil*, publicado em 1992 com Amado Luis Cervo, se tornou um clássico na academia brasileira, com muitas reedições e uma influência extraordinária nos alunos e professores. O que o fez atribuir o sucesso desse livro?

CB: Nossa intenção foi aplicar os instrumentos teóricos que têm suas raízes nos *Annalles, E.S.C.* Esta abordagem já era utilizada pelos historiadores da economia, da sociedade, das mentalidades..., mas não chegara às relações internacionais, então identificada com a história diplomática, esta identificada com a história política. Nossa intenção foi a de fazermos um manual utilizando a nova metodologia, partindo da visão de que a política externa não é isolada, mas sim integrada ao conjunto da realidade nacional, mais precisamente a face externa da política geral do Estado. Para isto levam-se em conta as forças que influem na política externa, sejam econômicas, políticas, tradição, e sobretudo o contexto externo. Foi a partir dessa visão de conjunto que elaboramos a periodização da política externa brasileira. Nosso texto ocupou um lugar que estava vazio. Foi um trabalho duro, sobretudo levando-se em conta que, então, não havia os recursos hoje proporcionados pela tecnologia da informação. É ocioso dizer que o pesquisador era obrigado a se locomover, passar bom tempo consultando, e fazendo anotações, em arquivos e bibliotecas. Para mim todo esse esforço compensava a emoção de ler e/ou tocar, com as devidas cautelas, os documentos originais.

Questão 6: Desde a política do ABC (Argentina, Brasil e Chile) na primeira República, primeira década do século XX, ao Mercosul nos anos 1990 foram muitas e muitas políticas em torno da união de países sul-americanos. Como o senhor enxerga essa questão agora em 2023? Essa configuração alcançou alguma concretude significativa? Chegou no seu apogeu e tende a decadência ou ainda apresenta perspectivas para o futuro?

CB: Gostaria de começar observando que o ABC assinado em 1915 não teve qualquer efeito de ordem prática. Esse tratado sequer vigorou porque a Câmara dos Deputados argentina recusou sua aprovação. Estava na moda assinar tratados pacifistas em razão da Grande Guerra iniciada no ano anterior, conforme já demonstrei no *Política externa da Primeira República*. Só os Estados Unidos assinaram à época mais de uma dezena de tratado dessa natureza. De qualquer modo, o ato em si simboliza um grande momento da amizade Brasil-Argentina. Simon Bolívar, já no início do período independente da América Latina tomara a iniciativa de convocar um congresso das nações americanas que se reuniu em 1826 no Panamá. Não chegou a nenhum resultado prático. Em 1889-90 os representantes de todas as repúblicas americanas, convocadas pelo governo norte-americano, realizaram a Conferência Pan-americana de Washington (posteriormente também designada por I Conferência Internacional Americana), sem praticamente qualquer resultado em termos de integração. A segunda conferência da mesma natureza ocorreu na cidade do México em 1902; em 1906 foi a vez de o Rio de Janeiro sediar a III Conferência Internacional Americana, a IV em 1910 deu-se em Buenos Aires. A seguinte, prevista para Santiago do Chile em 1914 foi suspensa em razão do conflito mundial.

O projeto de ABC do Barão do Rio Branco (chanceler brasileiro de 1902 a 1912) tinha objetivos de caráter político: atuar em conjunto com vistas a evitar alterações de poder pela via dos “pronunciamentos” militares que envergonhavam a América Latina. Não tinha qualquer objetivo de fazer contraponto aos Estados Unidos. Dessa forma também pensava o influente Assis Brasil, que defendia a inclusão do Uruguai nesse agrupamento, e sublinhava que as forças unidas desses países atuariam em linha com as forças dos Estados Unidos. Não passou de um projeto, inacabado, aliás, em razão das dificuldades então surgidas entre as chancelarias do Brasil e Argentina. Em 1948, em Bogotá, foi criada a OEA como órgão regional da ONU. Em 1960 em Montevidéu firmou-se a ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio). Em 1991 o Mercosul. Bill Clinton lançou em 1994 o projeto da frustrada ALCA. O entusiasmo inicial pelo Mercosul levou-me a imaginar que seria o coroamento da integração após tantas tentativas frustradas. A livre circulação de pessoas, bens e serviços entre os países signatários

chocou-se com interesses específicos já estabelecidos. A lista de exceções à regra comum de importações tornou-se assimétrica. Na realidade o Mercosul estava caminhando para a irrelevância, como bem notara Bernal-Meza. Uma frustração a mais. O Mercosul ganharia novo fôlego com a ascensão do PT ao poder. Esse rol de tentativas é suficiente para alimentar nosso ceticismo. As economias dos países da área apresentam muitas diferenças entre si. Para se ficar no mais óbvio: se a um membro interessa o rebaixamento ou eliminação das tarifas alfandegárias, a outros seria impensável abrir mão dessa importante fonte de receita. As diferenças nas políticas cambiais são outro óbice, de modo a inviabilizar qualquer tentativa de moeda comum. Os argumentos apresentados pelos latino-americanos para rechaçar a proposta de moeda comum apresentada pelos Estados Unidos na Conferência de 1889-90, citada, continuam válidos até hoje. Outra dificuldade está na perda da liberdade para negociar acordos bilaterais. Estes têm um trâmite mais rápido e atendem especificamente aos países que o firmam. A negociação em bloco implica abrir mão de parte da soberania nacional.

Questão 7: Com relação ao Brasil especificamente, já são seis presidentes diferentes desde o fim do regime militar. Em relação a diplomacia desses governos de Sarney, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, o senhor identifica linhas de continuidade? Ou as diferenças são mais importantes nessa comparação?

CB: É lugar comum afirmar que contexto internacional exerce forte coerção sobre os sistemas nacionais, o que não raro inviabilizam tentativas de alterações bruscas de longo alcance, isto é, verdadeiras “viragens” na política externa de determinado país. Depois do ímpeto inicial, no médio ou longo prazos as coisas tendem a voltar para o curso, dir-se-ia natural. Isto não exclui as alterações na política externa de determinado país a fim de colocá-la em compasso com a visão de mundo dos recém-chegados ao poder. É óbvio que as dificuldades serão maiores ou menores conforme o alcance de tais mudanças.

Gostaria que me relevassem o fato de não fazer comentários sobre o período que começou em 1985. Para mim seria temerário, pois não conheço a documentação pertinente ao período, que ainda não se encerrou, e nem tenho conseguido acompanhar o conjunto da produção dos cientistas das relações internacionais. Ademais, se o historiador não pretende produzir um texto datado, é preciso ter certa distância de tempo do que pretende analisar.

Questão 8: Enquanto falamos, desenrola-se a mais de um ano uma guerra na Europa entre Ucrânia e Rússia, que parece colocar Rússia e China de um lado e EUA, Europa Ocidental de outro. Como o senhor vê essa questão do tempo presente? É possível uma neutralidade brasileira ou seria mais produtivo para nosso país o alinhamento incondicional com um dos lados?

CB: Irrestrita neutralidade.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Esta pesquisa conta com apoio financeiro do Projeto Pró-Defesa (CAPES).

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Não se aplica.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

